

# O que continua em jogo?

A Copa do Mundo chega ao fim, mas o debate continua para além dos gramados. Afinal, sediar o evento foi um bom negócio para o Distrito Federal? **Páginas 4 e 5**



Portal copa2014.gov.br

## Maior festa do futebol movimentava a capital do Brasil



Silvio Aboim/CLDF

**Comércio** **2**

### Regulamentação do uso de áreas públicas na Asa Norte

A CLDF regularizou o uso de galerias e espaços públicos nas comerciais da Asa Norte. A proposta, debatida com empresários e moradores, vai evitar abusos e arbitrariedades.

**Diretrizes orçamentárias** **3**

### LDO: convocação de 3.294 aprovados em concursos

Ao apreciarem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os distritais incluíram emendas que vão possibilitar a nomeação de 3.294 concursados, de 24 categorias, no próximo ano.

**Cultura** **8**

### Biblioteca tem acervo de 1,8 mil obras sobre Brasília

Entre os mais de 20 mil títulos presentes na biblioteca da Câmara Legislativa, há 1,8 mil publicações apenas sobre Brasília. As obras podem ser consultadas, gratuitamente, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h30.

## Críticas também entram em campo



Silvio Aboim/CLDF



Lei aprovada pela Câmara Legislativa vai dar segurança jurídica a comerciantes da Asa Norte

**M**otivo de polêmica entre defensores do projeto arquitetônico tombado de Brasília, moradores do bairro e comerciantes, os “puxadinhos” da Asa Norte permaneciam na ilegalidade até o último mês de junho. Sem regras para o uso de espaços públicos, abriu-se espaço para abusos e arbitrariedades por parte de representantes do setor privado e também de agentes públicos.

Esse cenário deve começar a mudar com a aprovação pela Câmara Legislativa da Lei Complementar nº 833/2014, que trata da ocupação de galerias e áreas públicas na Asa Norte. A lei foi publicada no Diário Oficial do DF em 27 de junho.

“Quando não se tem nenhuma regra a observar, acontecem abusos de todos os lados, e quem perde é a cidade”, sintetiza Jul Pagul, proprietária do Balaio Café.

Representantes do setor de bares e restaurantes – os principais interessados na questão – comemoraram a rápida aprovação da lei. Enviada pelo Executivo em 29 de maio, a proposta passou pelas comissões de Assuntos Fundiários (CAF) e de Constituição e Justiça (CCJ) do Legislativo e foi votada já no dia 3 de junho.

“Aprovamos o projeto em tempo recorde de tramitação, mas com bastante responsabilidade. O tema foi exaurido em amplos debates com os beneficiados, representantes do governo e parlamentares”, destaca o deputado Patrício (PT).

Para o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Distrito Federal (Abrasel/DF), Jaime Recena, o grande mérito do processo de construção da proposta foi ter envolvido representantes do setor produtivo organizado, dos moradores e do Poder Público: “Essa união foi fundamental para termos uma lei que traz segurança

## Mais disciplina e ordem para o uso de áreas públicas na Asa Norte

jurídica para o empreendedor, conforto para os clientes e garantia de preservação de Brasília como patrimônio”.

**O que diz a lei** – O texto permite a ocupação das galerias e áreas públicas contíguas aos blocos do Comércio Local Norte (CLN), do Setor Comercial Local Residencial Norte (SCLRN) e do Setor Comercial Residencial Norte (SCRN). A ocupação das galerias não é onerosa e só pode ser feita com mobiliário removível, mantendo faixa contínua e desimpedida de 1,5 m para passagem de pedestres. Também é permitido o uso de toldos e elementos decorativos.

Já o uso do espaço público será por concessão onerosa; ou seja, os empresários vão pagar para utilizar. O valor dependerá de regulamentação futura, e os comerciantes deverão encaminhar o projeto à Administração de Brasília, para aprovação. Ainda segundo o texto, as fachadas voltadas para a via de circulação de veículos e as áreas verdes voltadas para os blocos residenciais não poderão ser ocupadas. O prazo para adequação é de dois anos.

“A norma estabelece padrão para as ocupações compatível com o ordenamento urbanístico e com garantia de acessibilidade dos pedestres e de fruição dos espaços públicos pela população”, argumenta o relator na CAF, deputado Cristiano Araújo (PTB).

**Comparações** – Jaime Recena destaca que o caso da Asa Sul é completamente diferente da Asa Norte, onde não há previsão de ampliação de obras e edificações. Por isso, ele condena o termo “puxadinho” para a situação:

“Estamos falando de ‘legalização de ocupação de área pública’”.

Para o urbanista Cristiano Nascimento, que integra o grupo Urbanistas por Brasília, uma iniciativa espontânea de arquitetos e urbanistas em defesa do conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico da cidade, o uso de mobiliário removível, como mesas e cadeiras, não descaracteriza o projeto da Asa Norte. “Raramente esse tipo de ocupação é feita, o que acontece é a instalação de imensos toldos, de qualidade estética duvidosa, que interferem, sim, no que foi proposto”, lamenta.

O urbanista contrapõe a situação da Asa Sul com a da Asa Norte, por conta da diferença dos prédios. “Na Asa Sul são módulos lado a lado, formando blocos contínuos com frentes viradas para a rua e fundos que viram os famosos ‘puxadinhos’, ou seja, extensão das lojas. Na Asa Norte, há blocos quadrados com quatro lados que são frente. Não há ‘fundos’. Assim, o ‘puxadinho’ que acontece ali é completamente diferente: são ocupações desconectadas das lojas, na área gramada ou nos espaços entre os prédios”, explica. De acordo com Nascimento, o comércio da Asa Norte foi pensado em blocos quadrados e sem fundos para dificultar os “puxadinhos”. A regularização no lado norte é um

“contrassenso”, na opinião do urbanista, que teme que isso estimule “algo que hoje é perfeitamente evitável”.

Já o deputado Rôney Nemer (PMDB), que é arquiteto urbanista, considera que a lei – ao prever regras claras para a ocupação e impedir a instalação de estruturas fixas nas áreas públicas – não fere o projeto de Brasília. “O empreendedor não poderá extrapolar o previsto, nem degradar a área”, explica.

**Comércio** – Não serão apenas bares e restaurantes que deverão obedecer as regras previstas no projeto. Os outros tipos de comércio, como mercearias e *pet shops*, também terão de se adequar. “Todos terão que se enquadrar, podendo investir com segurança jurídica e acabando com a situação de ‘num momento pode e em outro não’”, afirma Francisco Emílio, do Beirute.

Pablo Feitosa, do bar Raízes, lembra que a Agefis já mandou recolher cadeiras de seu estabelecimento em áreas que considerou indevidas. A falta de normas claras dificultava, segundo explicou, o planejamento de investimentos em mão-de-obra, por exemplo.

### Palavra do leitor

**(61) 3348-8285**  
palavradoleitor@cl.df.gov.br

Espaço destinado a opiniões, críticas e sugestões dos leitores. **Participe!** Os e-mails devem incluir nome completo, endereço e identidade.

### **Jornal Distrital**

#### Mesa da Câmara Legislativa

**Presidente:** Wasny de Roure - PT  
**Vice-presidente:** Agaciel Maia - PTC  
**1º Secretária:** Eliana Pedrosa - PPS  
**Suplente:** Liliane Roriz - PRTB  
**2º Secretário:** Prof. Israel Batista - PV  
**Suplente:** Joe Valle - PDT  
**3º Secretário:** Aylton Gomes - PR  
**Suplente:** Cristiano Araújo - PTB  
**Corregedor:** Patrício - PT  
**Ouvidor:** Evandro Garla - PRB  
**Secretário-geral:** George Burns

#### Coordenadoria de Comunicação Social

**Coordenador:** Pedro Arruda  
**Redação:** Térreo Inferior  
Horário de funcionamento: de 8h30 às 19h  
**Fone: (61) 3348-8282**  
**Seção de Divulgação:**  
Denise Caputo  
**Seção de Relação com a Imprensa:**  
Bruno Sodré  
**Seção de Relações Públicas:**  
Selma Mendes Mesquita

#### Equipe do Jornal Distrital

**Chefe de Reportagem:** Denise Caputo  
**Editores:** Bruno Sodré e Denise Caputo  
**Repórteres:** Éder Wen, Luís Cláudio Alves, Marco Túlio Alencar, Zildenor Dourado e Zínia Araripe  
**Projeto gráfico:** Diogo Lima  
**Fotografia:** Carlos Gandra, Fábio Rivas, Silvio Abdon e Rinaldo Morelli  
**Colaboração:** Walter Rodrigues e Diogo Lima



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL

Praça Municipal, Quadra 2  
Lote 5, Edifício Sede  
CEP: 70.094-902 - Brasília/DF

[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br)

# Câmara inclui nomeação de 3.294 concursados no texto da LDO

**A**o aprovar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no início de julho, a Câmara Legislativa estabeleceu as referências para o GDF elaborar o Orçamento do DF de 2015, com previsão de receita de R\$ 36 bilhões. O texto recebeu emendas de deputados que vão possibilitar a nomeação de 3.294 concursados para 24 categorias, como médicos, técnicos de enfermagem, defensores públicos e agentes de vigilância ambiental.

Os recursos para as contratações chegam a R\$ 297,4 milhões. A Mesa Diretora da CLDF também apresen-

tou emendas prevendo vagas a serem preenchidas por concurso público na CLDF (70) e no Tribunal de Contas do DF (33) e garantindo a reposição de perdas salariais aos servidores dos dois órgãos.

Os distritais ainda incluíram recursos para ações em educação, transporte, saúde, segurança e cultura. A construção de um viaduto sobre a linha do metrô no Guará, na altura da QE 13, a criação de um centro hospitalar no Itapoã e obras de padronização das escolas públicas são algumas das ações sugeridas pelos distritais.

O orçamento estimado para 2015

é de R\$ 36 bilhões: R\$ 23,2 bilhões de correntes de arrecadação própria e o restante (R\$ 12,8 bilhões) do Fundo Constitucional e das transferências correntes da União (Fundeb, SUS e outras). Para a rubrica “pessoal”, executando aqueles que são pagos com a verba do Fundo, o GDF prevê que sua despesa atinja 44,97% da receita corrente líquida, abaixo do limite prudencial (46,55%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para o relator da matéria na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), Rôney Nemer (PMDB), a LDO de 2015 traz avanços

para o DF, já que possibilita aumento nos investimentos em obras. “Também é muito bom o futuro governo poder contratar mais pessoal com tranquilidade”, afirmou o distrital, responsável pela análise de todas as emendas apresentadas.

**LDO** – Embora não traga os valores a serem destinados a cada ação, a LDO é o instrumento usado pelo governo para estabelecer as principais diretrizes e metas da administração pública. O texto é base para a elaboração de orçamentos anuais e alterações nas legislações tributárias, como isenções de impostos por exemplo.

## Meio Ambiente | Resíduos Sólidos

Silvio Abdon/CLDF



Inspirado na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), o projeto de lei nº 555/2011 institui a política de resíduos sólidos do DF. A matéria, proposta pelo presidente da Frente Ambientalista da Câmara Legislativa, deputado Joe Valle (PDT), foi aprovada em plenário no início de julho e segue para sanção do governador.

“Há um descaso com o tratamento dos resíduos sólidos, desde a coleta até a deposição, no Brasil. E no DF a situação não foge à regra”, afirma o distrital na justificativa da proposta. Exemplo disso é o fato de o DF abrigar um dos maiores lixões a céu aberto da América Latina, às vésperas de esgotar o prazo (agosto de 2014) estabelecido em legislação federal para pôr fim a vazadouros do tipo em todo o País.

Em sintonia com o cenário local, o projeto aprovado na CLDF traça objetivos, ações e instrumentos para o enfrentamento de problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado do lixo. Entre as ferramentas previstas no texto estão: a coleta seletiva e a logística reversa; a educação ambiental e o monitoramento e a fiscalização. Além disso, o projeto atribui responsabilidade aos envolvidos com a produção, consumo, gestão ou gerenciamento de materiais e/ou serviços que possam gerar resíduos sólidos.

## Cinema | Inscrições até 30 de julho

Carlos Sander/CLDF



A 19ª edição do Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal, concedido aos melhores filmes brasileiros durante o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, está com inscrições abertas até 30 de julho. Os filmes selecionados vão concorrer a um total de R\$ 200 mil em prêmios, distribuídos entre 14 categorias. O regulamento está disponível em [www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br), e as inscrições podem ser feitas via Correios ou, pessoalmente, na Câmara Legislativa.

Podem participar, exclusivamente, produções do DF. Os filmes não precisam ser inéditos, mas devem ter sido concluídos a partir de 1º de agosto de 2013. Uma comissão composta por cinco profissionais com notória especialização na área irá selecionar as produções a serem exibidas na Mostra Brasília durante o 47º Festival de Brasília, em setembro próximo.

**Incentivo** – Criado pelos deputados distritais em 1996, o Troféu Câmara Legislativa tem o objetivo de reconhecer e incentivar a produção cinematográfica do Distrito Federal. “Com o incentivo do Legislativo local, vimos a produção crescer não apenas em quantidade mas, principalmente, em qualidade”, atesta o presidente da CLDF, deputado Wasny de Roure (PT).

## Entrevista

### Agaciel Maia: defesa da qualificação profissional de jovens e apoio à Copa do Mundo em Brasília

**Com mais de 30 anos de experiência como servidor do Senado Federal, como foi assumir, em 2011, seu primeiro mandato na Câmara Legislativa?**

Aqui tratamos de políticas públicas em nível local, e o deputado distrital tem uma relação mais próxima com a população. Isso nos leva a colher as mais diversas informações sobre o DF. Cheguei a Brasília no final de 1974, quando a maioria das cidades não tinha sido criada. Porém, ao entrar na atividade política, você passa a conhecer uma Brasília que não conhecia. É um aprendizado, já que você passa a ter um diagnóstico tanto de infraestrutura quanto dos problemas sociais das cidades.

**Seu primeiro trabalho na Casa foi como presidente da CEOF, como foi encarar esse desafio?**

Sou economista especializado em orçamento público, então não foi uma novidade. Logo no início dos trabalhos, acabamos com os papéis na comissão e automatizamos a apresentação de emendas. Fizemos um trabalho técnico rigoroso para acabar, por exemplo, com os orçamentos que superestimam receita e a existência de maiores valores de emendas para os relatores ou o presidente da CEOF. Esse tratamento isonômico entre os parlamentares deu credibilidade ao trabalho. Nos dois anos em que fui presidente da comissão, meu relatório não recebeu qualquer resistência na Casa ou veto do governador, o que é raro. Esse trabalho na CEOF contribuiu para que o governo realizasse investimentos muito superiores ao do anterior, com obras importantes como o Expresso DF.

**Quais são suas atribuições como vice-presidente da Câmara Legislativa?**

O vice é o substituto eventual do presidente e, na estrutura da Casa, supervisiona as áreas de informática e saúde. São áreas importantes, mas meu sonho é trabalhar mais diretamente com comunicação,

que é importante para a população escolher os seus representantes num ambiente democrático.

**De que maneira a Câmara pode estreitar sua relação com a população?**

Nos EUA, os eleitores sabem que para se fazer uma guerra é preciso o aval do Legislativo, para aumentar ou diminuir impostos também. A população do DF precisa identificar esse tipo de atribuição na CLDF, conhecer seu papel, para poder cobrar depois. Trabalhei na implantação da TV Senado quando era um caminho desconhecido, hoje são mais de 70 TVs legislativas no Brasil. Já a CLDF, na capital do País, não conta com esse canal de comunicação. O Jornal Distrital é um instrumento importante, mas precisamos de uma rádio e de uma TV, para que se tenha acesso aos fatos e não às versões.

**Qual o principal tema discutido na Casa atualmente?**

Hoje o grande tema de Brasília é a regularização fundiária. É uma cidade que se agigantou e tem muitos problemas a serem resolvidos num curto espaço de tempo. A irregularidade e a burocracia atrasam o desenvolvimento do DF. Vou apresentar uma indicação para o governo criar o alvará digital. Quando o empresário tiver toda a documentação exigida, ele poderá obter o alvará de forma automatizada.

**Sua atuação na CLDF é associada à defesa da qualificação profissional de jovens. Como foi o trabalho para que o GDF priorizasse essa área?**

O Programa Jovem Candango é fruto de uma indicação minha ao GDF. Recentemente tivemos os primeiros mil jovens de baixa renda começando a aprender uma profissão com carteira de trabalho assinada. Apresentei a indicação e depois discuti o projeto com o



Deputado Agaciel Maia, vice-presidente da CLDF

Silvio Abdon/CLDF

governo, a partir de minha experiência com o programa de aprendizes no Senado. Depois, convenci o governador a enviar um projeto de lei à CLDF, para não ter vício de iniciativa. Aperfeiçoamos o projeto, cujo objetivo é dar oportunidade para meninos e meninas virarem cidadãos: eles estudam num turno e depois vão aprender uma profissão com carteira assinada.

**Como vê o investimento público para sediar a Copa do Mundo?**

A Copa deixa um legado importante. Apesar das críticas aos gastos, não caberia, no contexto arquitetônico de Brasília, o projeto de um estádio pequeno. Grandes obras são passíveis de críticas, lembre-se de como a Ponte JK foi alvo de reclamações e agora você não consegue imaginar aquela população sem essa opção de deslocamento. Ser uma cidade-sede foi uma aposta em investimentos do governo federal e no crescimento do turismo na cidade. A geração de emprego e a dinamização da cidade também são aspectos positivos.

**Qual foi a participação da CLDF nesse processo?**

A CLDF ajudou o governo ao aprovar os projetos necessários, como a transformação da Terracap em uma agência e os recursos para a construção do estádio e das obras de mobilidade. Há sempre uma diferença entre o ideal e o real, mas a modernização e a ampliação do aeroporto e de seus acessos foram importantes.

# O que continua em jogo após a Copa?



Silvio Aboon/CLDF



## Mundial movimentou a cidade, deixa legado mas suscita críticas

A Copa do Mundo chega ao fim e, para além do resultado, o debate continua. Afinal, sediar o evento foi um bom negócio para a cidade? Brasília recebeu sete partidas do mundial e ergueu a mais cara arena da competição, num valor de 1,4 bilhão – segundo o GDF –, apesar de sua pouca tradição do futebol profissional. Com a bola rolando, a expectativa de grandes manifestações não se confirmou e a cidade entrou no clima festivo, embalado pelo convívio com os turistas estrangeiros e brasileiros que coloriram as ruas da capital e se aglomeraram aos milhares no TaguaPark, para acompanhar os jogos e as atrações musicais da Fifa Fan Fest.

De acordo com a Secretaria Extraordinária da Copa 2014 (Secopa), a passagem do mundial por Brasília deixa “grandes legados, desde obras e investimentos importantes, como a ampliação da DF-047 e do Aeroporto JK, até a capacitação profissional da população”. Por sediar a Copa, o DF garantiu R\$ 5,6 bilhões em investimentos federais para as áreas de segurança, infraestrutura e mobilidade urbana.

O alto investimento no Estádio Nacional Mané Garrincha é justificado pelo governo sob o argumento de ser uma arena multiuso a ser paga com os recursos que a cidade vai atrair com a vinda de turistas e a divulgação em nível internacional. Brasília está confirmada como sub-sede das Olimpíadas de 2016 no futebol e, em 2019, receberá a Universíade, segundo maior evento esportivo mundial que reúne mais de 12 mil atletas de vários países.

Para os contrários à Copa no Bra-

sil, sejam movimentos sociais ou cidadãos que expressaram sua insatisfação em redes sociais ou manifestações de rua, os recursos deveriam ter sido aplicados em áreas como saúde, educação e segurança. Eles questionam a transparência dos gastos, principalmente os destinados à construção do estádio. Essas discussões passaram pela Câmara Legislativa e devem retornar ao debate na Casa.

De acordo com pesquisa da Codeplan, divulgada no final de junho, sobre a percepção do brasiliense a respeito da Copa, 60% dos entrevistados viam como benéfica a realização de jogos em Brasília, enquanto 31% viam como prejudicial e 9% se mostravam indiferentes. Mais de 90% disseram acreditar que a Copa contribuirá com o turismo, a geração de emprego e a realização de obras na cidade.

### Estádio

O otimismo revelado pela pesquisa contrasta com as críticas aos altos investimentos na arena. O GDF argumenta, no entanto, que o R\$ 1,4 bilhão utilizado não saiu dos cofres do DF, mas sim de orçamento próprio da Terracap, empresa pública com autonomia administrativa e financeira, que é a proprietária do estádio. Isso significa, segundo o governo, não ter havido remanejamento de recursos de áreas como educação e saúde, mas sim da venda de terrenos controlados pela Terracap.

Para o GDF, a viabilidade finan-

ceira do empreendimento não deve ser vista apenas com o que se arrecada diretamente, mas também com os eventos que atrai, aquecendo a economia local, em especial o setor de serviços (as redes hoteleira, gastronômica e turística). Segundo o governo, cada evento realizado no estádio gera em torno de 2 mil empregos diretos e indiretos e movimentou até R\$ 12,3 milhões na economia local.

O GDF também discorda da versão de que o estádio tenha saído pelo dobro do preço, já que o primeiro orçamento apresentado pelo governo anterior foi de cerca de R\$ 700 milhões. “É preciso destacar que a obra foi contratada a partir de licitações distintas.

A primeira, no valor de R\$ 696 milhões, foi assinada em 2010 pelo GDF e o consórcio Brasília 2014, responsável pela obra civil; ou seja, referia-se apenas ao esqueleto do estádio, não incluindo itens como cobertura, gramado, placares eletrônicos e assentos”, informa a Secopa. Esses itens foram licitados ao longo da construção da nova arena e elevaram os gastos até o valor atual.

### Economia

Para os donos de restaurantes, os jogos no horário de almoço e os pontos facultativos reduziram o movimento. “Muitas pessoas saíram de férias ou acabaram mudando a rotina por causa dos jogos”, explica o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília (Sindhobar), Clay-

ton Machado. Já para os bares, o movimento melhorou: “Os estabelecimentos que tradicionalmente transmitem jogos registraram aumento de cerca de 40% no número de clientes, e os demais tiveram um incremento de até 20%”.

O setor hoteleiro manteve a taxa de ocupação, apesar dos picos nos dias de jogos. O motivo foi a queda no público habitual, como políticos, empresários e pessoas que vêm a trabalho a Brasília. “No jogo do Brasil estivemos lotados, mas na média não tivemos incremento na ocupação, só na lucratividade, pois o preço da hospedagem aumentou. O público da Copa é flutuante, muitos vêm para ver a partida e vão embora no mesmo dia”, comenta o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Distrito Federal (ABIH-DF), Rogério Tonato, para quem a sensação de insegurança no Brasil e as manifestações ocorridas em 2013 contribuíram para diminuir o turismo internacional. A ABIH contabiliza um aumento de 1.500 leitos para a Copa e prevê um incremento de 40% na capacidade da rede de hotéis do DF nos próximos dois anos.

Já o presidente da Fecomércio, Adelmir Santana, argumenta que os resultados da Copa devem ser vistos a médio e longo prazo, tendo em vista que a capital ainda é pouco conhecida até mesmo nacionalmente. “É ilusão pensar que todos os segmentos teriam benefícios imediatos. O mais importante foi a forma como recebemos as pessoas, fortalecendo a imagem da cidade no Brasil e no exterior. A resposta dos turistas foi muito boa”, observa.

“Os resultados da Copa devem ser vistos a médio e longo prazo”



Silvio Aboon/CLDF

## CLDF acompanhou preparativos

A Câmara Legislativa também contribuiu para a realização da Copa do Mundo em Brasília. Parlamentares atuaram na fiscalização das obras do Estádio Mané Garrincha; aprovaram projetos de lei que permitiram ao governo realizar obras importantes, como a ampliação do acesso ao aeroporto; destinaram recursos para qualificação profissional e votaram as diretrizes para funcionamento da competição na cidade, em áreas como comércio, transporte, segurança e isenções fiscais.

Desde 2011, a CLDF conta com a Comissão Especial da Copa do Mundo, presidida pelo deputado Olair Francisco (PTdoB). O colegiado monitorou a gestão dos diferentes órgãos governamentais que trabalharam para a realização do mundial. “O Legislativo agiu como fiscalizador, acompanhando prazos, andamento das obras, investimento em segurança e qualificação profissional, que é o principal legado. Mais de 15 mil foram capacitados no DF”, explica o distrital.

### Pontos de vista

Olair apoiou a realização da Copa em Brasília, apontando a geração de emprego e as mudanças no transporte como os principais benefícios. “A cidade colheu os frutos de um trabalho bem feito. Ao final da Copa, a comissão vai apresentar um relatório com uma análise de todo o processo”, garante.

Chico Vigilante (PT) é um dos

parlamentares que mais trouxe o debate sobre a Copa ao plenário da CLDF. Ele destaca a repercussão positiva do evento na imprensa internacional. “O principal jornal dos Estados Unidos, o *New York Times*, elogiou a organização da Copa no Brasil”. Vigilante aposta no aumento do turismo na capital: “Brasília hoje é orgulho do Brasil”.

Já a deputada Celina Leão (PDT) levou ao plenário os impactos negativos do evento no DF. “Superfaturamentos, corrupção, higienização social. São muitos os prejuízos para os cidadãos que pagam seus impostos”, reclama. Celina ressalta especialmente o caso dos vendedores ambulantes que, embora credenciados e treinados pelo GDF, não puderam trabalhar no perímetro estabelecido pela FIFA ao redor do Estádio Mané Garrincha.

“Foram 2 mil vendedores ambulantes impedidos de trabalhar. O que vimos nessa Copa é o monopólio do comércio por grandes empresas, que levam todo o lucro, enquanto poderíamos estimular a economia local”, critica.

Para a deputada Liliane Roriz (PRTB), a Copa do Mundo teve valor apenas como festa para o povo brasileiro. “Mas não dá para aceitar que isso seja pano de fundo para encobrir a inversão de prioridades que ela representou, ao deixar de lado a chance de se investir em melhorias para saúde e segurança para construir um estádio tão caro”, argumenta.

## Quem são os brasileiros que saíram às ruas para protestar em dia de jogo?

A euforia dos adolescentes não escondia a modéstia das instalações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), na 614 Sul. Entre o barro e a poeira, um estouro de fogos de artifício anunciou a atividade a dezenas de jovens em situação de risco, muitos dos quais têm nos assistentes sociais do Creas o único apoio para sobreviver à vida nas ruas.

“Já fizemos essa dinâmica em mais de 50 escolas, sem nenhum apoio do governo, contando apenas com a boa vontade dos diretores”, adiantou Thiago Ávila, 27. Outro militante, de forte sotaque gaúcho, começou a organizar a oficina. Após trabalhar num programa de proteção a crianças ameaçadas de morte, Rafael Madeira, 31, dedica-se a conscientizar jovens brasileiros sobre os impactos de megaeventos, como a Copa do Mundo, na cidade.

Na dinâmica, o grupo de 30 adolescentes foi dividido em dois: os favoráveis e os contrários à Copa. “É uma forma de introduzirmos a discussão de um jeito participativo e desafiador”, explicou Rafael. Thiago assumiu o papel de advogado do evento: “Vocês não estão vendo como a Copa trouxe benefícios para a cidade?”. Do outro lado, Rafael concentrava-se em alimentar o grupo com dados: “O lucro do Mané Garrincha no ano passado, com jogos e eventos, foi de R\$ 1,371 milhão. A obra de construção do estádio custou R\$ 1,936 bilhão (dado extraoficial creditado ao Tribunal de Contas do DF). Portanto, se nos outros anos esse valor se repetir, serão necessários 1.412 anos para amortizar o custo da obra”.

A “ociosidade” do gigante projetado para abrigar 72 mil torcedores numa cidade com pouca tradição futebolística é um argumento constante dos integrantes do Comitê Popular da Copa, organização independente, de alcance nacional, da qual fazem parte Thiago e Rafael. “Só queria saber por que todas as melhorias que dizem ter feito só surgiram na Copa. É só pra gringo ver: no meu bairro tudo continua ruim como antes”, desabafou uma moradora da Ceilândia.

Aos poucos, os dois grupos levantaram discussões sobre problemas associados à realização do evento na cidade: criminalização dos movimentos sociais, destinação de recursos públicos para interesses privados, elitização do espaço público, perseguição aos trabalhadores informais.

**Repressão** – A manhã fria do domingo 15 de junho, dia do primeiro jogo da Copa em Brasília, destoava do clima que tomou conta da Rodoviária do Plano Piloto. Uniformes amarelos ou vermelhos coloriam o terminal. E os pedintes que costumavam perambular no local eram raridade.

“A política de higienização da população de rua está a pleno vapor. Estão soltando bombas no Setor Comercial para afugentar os indesejados e recolhendo pedintes nos pontos turísticos”, indignou-se Rafael, enquanto desenrolava uma faixa com os dizeres “Bem-vindos à Copa das Manifestações” no saguão do terminal. Eram esperados 700 manifestantes, mas pouco mais de 200 compareceram.

“Ainda há muito medo das tropas de choque. Em muitos protestos, vimos os policiais incitarem o conflito para terem uma justificativa”, observou Érica Ramos, 27, que carregava um cartaz escrito “Fora Fifa”.

O grupo seguiu numa inusitada marcha ao lado de torcedores equatorianos e suíços em direção ao estádio. Na altura da Torre de TV, foram barreados por policiais com armaduras, capacetes, escudos, bombas de gás, cavalos e carros de combate. À frente do grupo, Thiago Ávila garantiu ao comandante da PM que não haveria quebra-quebra nem desrespeito ao perímetro de 2km estabelecido pela Fifa a partir do estádio. Às margens da W3, os manifestantes jogaram bola, então, em pleno Eixo Monumental, diante de policiais indiferentes ao grupo de jovens.

“Mesmo com repressão e intimidação, nós continuamos na luta. É essa desobediência, essa teimosia revolucionária que vai mudar o País”, afirmou Thiago, entusiasmado, enquanto rolava a bola no asfalto seco da capital do País.



Silvio Aboon/CLDF



Silvio Aboon/CLDF

Barreira de policiais impediu o acesso de manifestantes ao estádio

# Lei Orgânica do Distrito Federal recebeu 19 modificações nos últimos quatro anos

Carlos Gandra/CLDF



Da esquerda para a direita: Celina Leão, Robério Negreiros, Prof. Israel Batista, Arlete Sampaio, Evandro Garla, Cristiano Araújo e Agaciel Maia

Desde a sua promulgação, em 8 de junho de 1993, a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) – que é uma espécie de Constituição local – recebeu 78 emendas modificando partes de seu texto. No período correspondente à atual legislatura, de 2011 a 2014, 19 emendas foram aprovadas e entraram em vigor, praticamente um quarto de todas as modificações já feitas em nossa Carta Magna. As emendas propostas pelos atuais deputados distritais se referem a assuntos variados e muitas delas têm impacto positivo na vida dos cidadãos.

Uma das modificações aprovadas foi a exigência de “ficha limpa” para a nomeação de cargos públicos. A Emenda à Lei Orgânica nº 60, de 2011, proíbe a nomeação para emprego ou cargo em comissão de pessoa que tenha praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral. Na mesma direção, a Emenda à Lei Orgânica nº 67/2013, combate o chamado nepotismo, vedando a nomeação em cargos públicos de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes do Distrito Federal.

Também aprovada em 2013, a Emenda à Lei Orgânica nº 65 tem como finalidade combater qualquer tipo de discriminação. Pelo texto, ninguém pode ser discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, características genéticas, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição.

## Garantia de recursos

Entre as mudanças aprovadas também estão normas que garantem mais recursos para

a ciência e para as políticas públicas de defesa dos direitos da criança e do adolescente. A Emenda à Lei Orgânica nº 69/2013 estabelece uma dotação mínima de dois por cento da receita corrente líquida do Distrito Federal para o funcionamento da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP/DF). Já a Emenda nº 76/2014 determina que o Governo do DF repasse ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo menos três décimos por cento da receita tributária líquida, o que vai multiplicar em quase 40 vezes os recursos para a área.

Outra modificação aprovada pelos distritais, a Emenda à Lei Orgânica nº 74/2014 destina, no mínimo, 10% dos gastos com publicidade do Poder Legislativo e dos órgãos da administração direta e indireta para a contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisada ou de internet.

## Comissão especial

Esses são alguns exemplos de modificações feitas na Carta Magna do DF nos últimos quatro anos, quando a CLDF criou uma comissão especial para analisar as propostas. O colegiado é presidido pela deputada Arlete Sampaio (PT), para quem as mudanças na Lei Orgânica representam avanços que, em sua maioria, traduzem os anseios da população do DF. “As emendas à Lei Orgânica adquirem, hoje, relevância fundamental, pois vivemos um momento histórico caracterizado pela afirmação e concretização de dispositivos legais em prol dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos”, analisa.

Arlete considera a existência de uma comissão especial para analisar as propostas de emendas à LODF fundamental para aperfeiçoar o processo legislativo. O colegiado se reuniu 14 vezes até dezembro de 2013, tendo apreciado 23 propostas, das quais 22 foram aprovadas (19 já foram apreciadas em plenário e estão em vigor).

## >> Sobre a Lei Orgânica do DF

### Deputada Arlete Sampaio, a LODF está em sintonia com os tempos atuais ou precisaria passar por uma revisão mais ampla?

Como se sabe, as constituições se classificam, quanto à extensão, em analíticas e sintéticas.

Nosso modelo é de constituição analítica, prolixa, por isso o conteúdo é extenso e versa sobre matérias que não tratam unicamente da organização básica do Estado. Em regra, contém normas substancialmente constitucionais, normas apenas formalmente constitucionais e normas meramente programáticas, que estabelecem fins, diretrizes e programas para a atuação futura dos órgãos estatais.

Não é sem razão que nossa Lei Orgânica contém 365 artigos. Muitos criticam isso; porém, a tendência contemporânea é adotar constituições analíticas, que, por tratarem de assuntos diversos, acabam exigindo seguidas modificações.

Enfim, a LODF está sendo reformada, “atualizada”, para estar “antenada” com os tempos atuais. Acredito que a reforma da Lei Orgânica do Distrito Federal tem de ser pontual e gradual, acompanhando as demandas que surgem na sociedade e que tenham *status* para estar na nossa Carta Política. Não creio, portanto, ser necessário uma “revisão” mais ampla.

## >> Emendas à Lei Orgânica em vigor

| Ano           | 2011     | 2012     | 2013      | 2014     |
|---------------|----------|----------|-----------|----------|
| Nº de Emendas | <b>1</b> | <b>1</b> | <b>10</b> | <b>7</b> |

## Comunicados e pronunciamentos

### Apoio ao esporte

A aplicação dos recursos do Fundo de Apoio ao Esporte em programas de incentivo aos atletas do Distrito Federal tem sido alvo de cobrança por parte do deputado distrital Evandro Garla (PRB). De acordo com o parlamentar, o Fundo conta com um orçamento de aproximadamente R\$ 10 milhões, e a Secretaria de Planejamento do GDF estaria destinando metade desta quan-

tia para custeio da Secretaria de Esportes.

Garla critica a atuação da Secretaria de Planejamento, reforçando que desde 2011 vem lutando para que o dinheiro do Fundo seja aplicado em programas de incentivo ao esporte. Segundo informou, o Fundo já foi regulamentado, mas até

agora os recursos não estão sendo investidos onde deveriam.

Silvio Abdon/CLDF



### Conquistas da educação

A Lei Orgânica do Distrito Federal recebeu uma emenda da deputada Eliana Pedrosa (PPS) que consolida direitos na área de educação. Agora, por exemplo, o DF deve garantir a matrícula em creches e pré-escolas a crianças de zero a cinco anos de idade. “A população terá amparo legal para exigir seus direitos, como ter acesso às instalações espor-

tivas das instituições de ensino em dias e horários que não prejudiquem as práticas pedagógicas. Isso integra a escola e a comunidade ao seu redor, o que é fundamental para proteger os jovens do crime”, ressalta Pedrosa. Além disso, a emenda aprovada prevê gratificação especial aos profissionais da educação básica que atendem pessoas com deficiência

e crianças e adolescentes com problemas de conduta ou em situação de risco.

Silvio Abdon/CLDF



### Ocupação do solo

Apesar de ter sido tema de audiências públicas em várias regiões administrativas do DF, o projeto da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), encaminhado pelo GDF à Câmara em 2013, ainda não está pronto para votação. A partir de um estudo técnico de seu gabinete, o deputado Alírio Neto (PEN) elenca uma série de problemas na tramitação da matéria. O distrital diz ainda não

ter havido tempo suficiente para os parlamentares se inteirarem das emendas apresentadas e de outras informações.

“Dos dados solicitados pelas três comissões que analisam a matéria, quase nada chegou a esta Casa. E o que enviaram foi de forma geral, inclusive os mapas vieram fragmentados e com novas alterações”, reclama.

Silvio Abdon/CLDF





Silvio Abdon/CLDF

## Com um pé no passado ... e outro no futuro

Segundo aeroporto do DF e VLP devem revigorar a tradicional Planaltina

A mais antiga das cidades do Distrito Federal, um século mais velha do que a Capital Federal, se destaca por seu lado histórico – testemunhado por edificações de até duzentos anos – e pela religiosidade. Duas novidades, no entanto, deverão modernizar Planaltina e modificar a vida pacata de seus habitantes.

A Região Administrativa (RA) VI, nome oficial da cidade e mais uma área no entorno, totalizando 1.534km², deve sediar o segundo aeroporto de Brasília. As tratativas entre os governos distrital e federal estão avançadas.

O GDF, que já recebeu formalmente delegação do governo federal para construir e explorar a chamada Cidade Aeroportuária, só espera o fim das obras de ampliação e reforma do Aeroporto JK para se voltar ao projeto, destinado ao transporte de cargas e ao transporte internacional de passageiros.

Assim garante o deputado Cláudio Abrantes (PT), conhecido como “Jesus Cristo” pelo papel que desempenhou por dez anos na famosa Via Sacra de Planaltina. Hoje ele não interpreta mais Jesus, mas continua acompanhando a via sacra como figurante se somando ao “povo”.

A outra novidade é o Veículo Leve sobre Pneus (VLP), que interligará Planaltina ao bairro do Grande Colorado, prometendo encurtar pela metade o percurso de uma hora e trinta minutos de duração. O edital para a obra já foi lançado.

Novidades à parte, Planaltina vive de contar sua história e vivenciar

os dois focos de espiritualidade que atraem turistas de todos os cantos do Brasil e até do exterior. Tem o Vale do Amanhecer, bairro exotérico de culto próprio, e o espetáculo da Paixão de Cristo, que toda Sexta-feira Santa transforma a região no maior teatro a céu aberto do Brasil.

Para se ter uma ideia, a Paixão de Cristo de Nova Jerusalém (PE), que atrai a atenção nacional pela grandiosidade do cenário e por angariar atores globais em algumas temporadas, reúne 80 mil pessoas por noite. Acompanham e rezam durante o espetáculo de Planaltina cerca de 100 mil cristãos e curiosos.

Dentro do catolicismo, dois outros eventos menores também movimentam Planaltina: a Festa do Divino Espírito Santo, tradição portuguesa que envolve aproximadamente 15 mil pessoas na última semana de maio, e a Folia de Reis, em 6 de janeiro e dias próximos.

### Vale do Amanhecer

Outra grande atração turística e religiosa da Região Administrativa VI é o Vale do Amanhecer, considerado o maior centro espiritualista do Brasil, que re-

cebe pessoas do mundo inteiro e está instalado à margem do Morro da Capelinha, ponto final do calvário de Jesus na encenação da Paixão de Cristo. Entre pacientes, médiuns e visitantes, cerca de 400 pessoas passam diariamente pelo local.

“Trata-se de um grupo de espíritos veteranos deste planeta, todos com 19 ou mais encarnações, juramentados ao Cristo e que se especializaram no trabalho de socorro, em períodos de confusão e insegurança”. É como se autodefine, em seu sítio na internet, a comunidade criada por Tia Neiva há quase 40 anos.

### Recursos naturais

O deputado Aylton Gomes (PR), que nasceu na cidade e “nunca tirou os pés de lá”, destaca os parques, rios e cachoeiras que compõem as belezas naturais daquela RA. Está lá, também, a Estação de Águas Emendadas, uma área de 10.547 hectares sob a responsabilidade do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), com visitação controlada. Além disso, o distrital aponta a vocação local para a agricultura, que abastece grande parte do Distrito Federal, exportando ainda para outros estados do Brasil e até para o exterior.

### >> Saiba mais

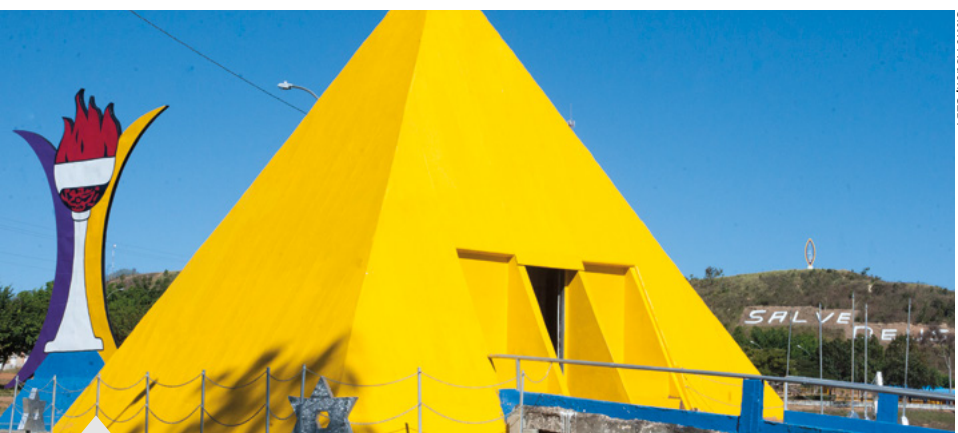
A história de Planaltina remonta aos tropeiros e bandeirantes que acorriam a Goiás em busca de minas de ouro e esmeralda. A data de sua fundação, 19 de agosto de 1859, foi fixada de acordo com a lei que criou o Distrito de Mestre D’Armas, pertencente ao município de Formosa (GO). O nome deveu-se a um mestre armeiro que se estabeleceu na região quando ela era ponto de passagem da Estrada Real.

Em 1891 o distrito foi elevado a município, que em 1917 recebeu o nome atual. Em 1892 aconteceu o fato que ligaria a história de Planaltina à de Brasília: a Comissão Cruls realizou os primeiros estudos para a implantação da futura capital do País no Planalto Central.

Após a inauguração da capital, Planaltina teve seu território desmembrado em duas partes. A antiga sede do município

goiano transformou-se em cidade satélite de Brasília. A outra parte, que ficou fora do quadrilátero do DF, recebeu o nome de Planaltina de Goiás, conhecida também como Brasilinha. A RA VI tem hoje mais de 200 mil habitantes, entre descendentes das tradicionais famílias goianas e de candangos que vieram ajudar a construir a capital.

Cercada de condomínios que carecem de infraestrutura e transporte, as ruas de Planaltina ainda são testemunho de sua representação histórica, com casarões do século XVIII em bom estado de conservação. Entre eles, o Museu Histórico e Artístico, prédio que serviu de hospedagem para os componentes da missão Cruls. Faz parte do conjunto a Igreja de São Sebastião (foto abaixo), construída há 200 anos por escravos. O santo é o padroeiro da cidade.



Silvio Abdon/CLDF

O Vale do Amanhecer é uma das atrações de Planaltina



Lucio Flávio/Arquivo

# Biblioteca da Câmara Legislativa possui acervo de 1,8 mil livros sobre Brasília

Silvio Anderson/CLDF



Ao todo são mais de 20 mil volumes, sobre assuntos diversos, que podem ser consultados de segunda a sexta-feira

Em célebre discurso proferido em 25 de agosto de 1959, por ocasião de visita às obras de Brasília, o intelectual André Malraux, então ministro de Assuntos Culturais da França, cunhou um epíteto que se tornaria *slogan* da futura cidade: “a Capital da Esperança”.

As palavras elogiosas de Malraux ecoaram mundo afora, fazendo com que os olhares se voltassem ainda mais para aquele pedaço de cerrado no coração da América do Sul, que já centralizava as atenções e onde meses depois seria inaugurada uma das maiores obras civis e arquitetônicas do século XX.

Assim como o francês, foram muitos os pensadores e intelectuais de várias partes do mundo que escreveram ou deram depoimentos sobre a cidade. Diversos desses textos estão reunidos no livro *Brasília – Antologia Crítica*, organizado pelos arquitetos Alberto Xavier e Julio Katinsky, lançado pela editora Cosac Naify, em 2012.

Com artigos assinados por nomes como os do crítico Mário Pedrosa, do sociólogo Gilberto Freire, da escritora Clarice Lispector, da arquiteta Lina Bo Bardi, do geógrafo Milton Santos, e dos estrangeiros Alberto Moravia (escritor e jornalista italiano), Arnold J.

Toynbee (historiador britânico), Françoise Choay (historiadora francesa) e Umberto Eco (intelectual italiano), entre muitos outros, o volume é apenas um entre os quase 1,8 mil livros que tratam de diversos aspectos de Brasília, disponíveis na Biblioteca Paulo Bertran, da Câmara Legislativa do DF.

## Melhorias em curso

A fortuna crítica – ou seja, o conjunto de textos escritos – sobre Brasília disponível na biblioteca da Câmara Legislativa ainda vai ser ampliada. “Uma das prioridades da biblioteca, cuja finalidade principal é contribuir com as atividades da Casa, é formar um acervo com obras sobre a história, a arquitetura, a população e todas as demais características formadoras da capital. Mantemos contato e fazemos visitas a órgãos e instituições que possam fornecer publicações para contribuir com este objetivo”, explica a bibliotecária Leslie Della Giustina.

Atenta aos novos tempos, a biblioteca pretende entrar de vez na era digital. Está em curso um projeto para facilitar ainda mais a busca de títulos e assuntos e permitir o acesso a documentos e publicações na íntegra, desde que os direitos autorais permitam.

## >> Paulo Bertran, defensor do cerrado

O economista e historiador Paulo Bertran, que dá nome à Biblioteca da Câmara Legislativa do DF, era economista e historiador. Nascido em Anapólis (GO) em 1948, viveu em Brasília, onde se formou na UnB, instituição da qual também foi professor. Pós-graduado em História e Planejamento pela Universidade de Estrasburgo (França), ele escreveu, além de poesia, diversas obras que tinham o Planalto Central e o Cerrado como foco principal.

Foi premiado pelo livro *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador*, considerado um dos mais importantes sobre o tema.

Paulo Bertran, falecido em 2005,

foi um dos primeiros servidores da Câmara Legislativa, onde fundou e foi o primeiro editor da *DF Letras*, publicação cultural editada pela Casa. Em 1998, criou, junto com Maria das Graças Fleury Curado, com quem era casado, o Memorial das Idades do Brasil, um museu a céu aberto, onde, num paredão que ele calculava ter um milhão de anos resolveu reproduzir, em tamanho natural e com a maior fidelidade possível, as pinturas rupestres mais importantes do Brasil.

No ano 2000, ele foi homenageado pela CLDF com o título de Cidadão Honorário de Brasília. Na biblioteca da Câmara Legislativa, estão disponíveis exemplares da obra completa de Paulo Bertran.

## >> Serviço

**Biblioteca Paulo Bertran** – Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Praça Municipal – Quadra 2 – Eixo Monumental – 3º andar  
Segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h30



## Meu Caminho para Brasília - Experiência da Humanidade (1º Volume)

Juscelino Kubitschek, Bloch Editores S.A, 1990

O livro contém memórias do eterno presidente Juscelino Kubitschek, desde o início de sua vida em Diamantina (MG) até a chegada ao posto de presidente da República, em 1956, e sua atuação na construção da nova capital.



## Meu Caminho para Brasília - 50 Anos em 5 (3º Volume)

Juscelino Kubitschek, Bloch Editores S.A, 1978

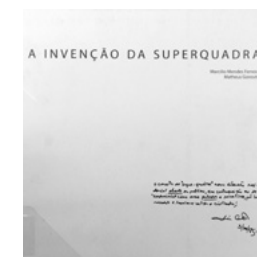
A obra é o terceiro e último volume das memórias deixadas pelo presidente JK. O texto expressa uma lição de esperança e otimismo. A obra coloca em foco os trabalhos políticos e administrativos do presidente, do primeiro ao último dia de mandato.



## Palácio do Planalto - Entre o Cristal e o Concreto

Graça Ramos, Instituto Terceiro Setor, 2011

O Instituto do Terceiro Setor (ITS) edita a Coleção Memória, mapeando os principais prédios monumentais “simbolicamente políticos, arquitetonicamente surpreendentes e culturalmente vivos”, como o Palácio do Planalto e o Palácio da Alvorada.



## A Invenção da Superquadra - O Conceito e Unidade de Vizinhança em Brasília

Marcílio M. Ferreira e Matheus Gorovitz, IPHAN, 2007

As famosas superquadras de Brasília, conhecidas nacional e internacionalmente, são apresentadas nesta obra com um conjunto de informações gráficas e históricas pouco conhecidas pela população sobre o urbanismo e a arquitetura dos edifícios na capital.



## Brasília - Antologia Crítica

Alberto Xavier e Julio Katinsky, Cosac Naify, 2012

O livro é uma antologia que pretende ser um esboço das ideias que acompanharam a elaboração do projeto do Plano Piloto e da concretização da cidade de Brasília.



## Arquivo Brasília

Lina Kim e Michael Wesely, Cosac Naify, 2010

A obra reúne mais de 1,5 mil imagens que mostram o processo de criação de Brasília. O acervo fotográfico foi restaurado e organizado com os momentos importantes da construção da capital.



## Jardim Botânico de Brasília

Diversidade e Conservação

Anajulia Heringer Salles, Dupligráfica, 2007

O livro conta com mais de mil fotografias da flora e fauna de um dos lugares mais importantes da capital: o Jardim Botânico. Além de imagens, traz textos sobre a história do local e as ações empreendidas para a sua preservação.